

URO NEGRO ESTATAL ACELERA PROJETOS ESTRATÉGICOS NO ESTADO

Petrobras faz investimento bilionário em Golfinho

Empresa gastará R\$ 2,73 bilhões nas plataformas que vão atuar no campo

JENISE ZANDONADI
lzandonadi@redegazeta.com.br

Com investimentos já confirmados de US\$ 1,16 bilhão (R\$ 2,73 bilhões) somente para a aquisição de duas plataformas do tipo FPSO (navio-plataforma), o campo de Golfinho, descoberto em 2003 no litoral de Aracruz, produzirá 100 mil barris por dia em meados do próximo ano. O teste de longa duração neste campo, no entanto, começará em agosto com a utilização do navio-plataforma Seillean.

Esta plataforma, que estava operando no campo de Jubarte, no Litoral Sul do Estado, está sendo deslocada para Golfinho para apressar os testes. A pressa da Petrobras se justifica pela necessidade que o país tem do óleo leve descoberto em Golfinho.

Em função da pequena produção deste óleo, o país importa derivados que exigem óleo leve para a sua produção, caso do óleo diesel, e exporta excedente, como gasolina.

Até o final do ano, o navio Seillean produzirá cerca de

20 mil barris por dia na fase do chamado teste de longa direção. A estatal decidiu antecipar a produção em Golfinho e já contratou, também, a segunda plataforma que será instalada neste campo.

Será outra unidade do tipo FPSO, afretada pela Petrobras junto à Saipem, do grupo italiano Eni. O afretamento custará US\$ 600 milhões e o prazo de operação deverá ser de nove anos, prorrogáveis por mais três anos.

A capacidade de produção é também de 100 mil barris por dia e de armazenar 1,6 milhão de barris. A produção desta unidade começará no primeiro semestre de 2007.

Qualidade. O campo de Golfinho tem óleo leve de excelente qualidade (28 a 40 graus API) e foi descoberto em julho de 2003. Como o país precisa mais de óleo deste tipo do que o pesado produzido na Bacia de Campos, a estatal decidiu antecipar a produção do Campo de Golfinho. Para isso, afretará dois FPSOs ao invés de construir-los.

O primeiro módulo de Golfinho entrará em operação em meados do próximo ano, com o FPSO Capixaba, já afretado da empresa SBM, de Mônaco. O contrato, no valor de US\$ 560 milhões, foi assinado em novembro do ano passado.

O navio-plataforma está agora em processo de conversão em Cingapura e deverá chegar a Golfinho no primeiro semestre de 2006. A capacidade de produção também é de 100 mil barris por dia e de armazenar 1,6 milhão de barris.

Sul. Além do Norte, a Petrobras investe no litoral Sul, onde criou o Pólo de Óleo Pesado em Águas Profundas, também conhecido como Parque das Baleias e onde estão os campos de Jubarte (já em produção), Cachalote, Baleia Franca, Baleia Anã e Baleia Azul. Ainda não há data para o início da produção nos quatro campos que compõem o antigo bloco BC-60.

Em Jubarte são produzidos 19 mil barris por dia e a entrada em operação da P-34, até o final do ano, elevará o volume para 50 mil barris diários. Em 2010, a estatal começará a Fase 2 de Jubarte, com a instalação da plataforma P-57, que elevará a produção para 180 mil barris por dia.



IMPACTO. O presidente José Eduardo Dutra (E) passou o cargo ontem para Sergio Gabrielli, que explicou como a estatal tem conseguido segurar os preços. FOTO: ABR/RICARDO STUCKERT

Gabrielli assume a Petrobras

Ele diz que preço da gasolina ainda não subiu porque a Petrobras está segurando os repasses

RIO. Em seu discurso de posse como presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli disse ontem que graças à política de preços da Petrobras a crise do petróleo registrada neste ano e no ano passado não atingiu a economia brasileira. "Estamos vivendo uma crise mundial do petróleo, mas o impacto não foi sentido pelo povo brasileiro graças à ação da Petrobras e dos petroleiros", disse.

A empresa é criticada por analistas de mercado e companhias privadas justamente por não repassar para o mercado interno as oscilações dos preços do petróleo nas bolsas internacionais. Investidores alegam que caso o repasse fosse feito a estatal poderia ter um lucro muito maior. Além disso, companhias de petróleo privadas que investiram no Brasil reclamam do subsídio do governo aos valores dos combustíveis no cenário doméstico. A refinaria de Manguinhos, por exemplo, ameaça fechar

uma vez que é obrigada a comprar óleo cru a cotações internacionais e a vender os derivados no Brasil a preços ditados pela estatal, que tem mais de 90% do mercado nacional.

Como diretor financeiro da empresa, no entanto, Gabrielli vinha afirmando que a companhia seguia os preços internacionais, embora evitasse repassar altas pontuais. A política de preços da estatal chegou a ser motivo de desentendimento entre o ex-presidente José Eduardo Dutra e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que sugeriu que a empresa estava segurando os preços em uma das atas

do Comitê de Política Monetária do Banco Central.

Ontem, no entanto, Gabrielli disse que a Petrobras conseguiu evitar que a crise chegasse ao bolso dos brasileiros "sem, no entanto, comprometer os ativos e os valores da empresa".

Ele lembrou que a Petrobras tem 60% do seu capital em mãos de investidores privadas além de ter, entre seus acionistas, mais de 300 mil trabalhadores que aplicaram os recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) investidos em ações da companhia, sem contar acionistas minoritários individuais.

ANP discute proposta para a lei do gás

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) colocou em consulta pública, ontem, sua proposta para a lei do gás. As minutas tratam do acesso de terceiros à infra-estrutura de transportes (livre acesso), cessão de capacidade de transporte e políticas de preços. As contribuições poderão ser feitas até o dia 22 de agosto através do endereço eletrônico consultapublica_scm@anp.gov.br. O processo de regulamentação do acesso à infra-estrutura de transporte dutoviário de gás natural, tem se desenvolvido nos últimos anos, desde a elaboração e publicação da Portaria ANP 169/1998. Com a revogação dessa portaria em 2001, novas versões foram submetidas a consulta pública e também discutidas com agentes de mercado em audiência pública realizada em dezembro de 2003. As minutas podem ser consultadas na página do órgão regulador na Internet (www.anp.gov.br/conheca/consultas_publicas.asp).